

## **REVISTA** ENSINO DE GEOGRAFIA (RECIFE)

PKS
PUBLIC
KNOWLEDGE

SYSTEMS Laboratório de Ensino de Geografia e Profissionalização Docente (LEGEP) PROJECT

https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia

### A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA MIRA DO CAPITALISMO NEOLIBERAL: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A BNCC E O TRABALHO DOCENTE

Iago Sales de Paula<sup>1</sup>, Maria da Conceição Marques de Souza<sup>2</sup>, Pollyana Furtado Machado Anute<sup>3</sup>

- <sup>1</sup> Discente de mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: iago.ufac@gmail.com ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-6380-0289;
- <sup>2</sup> Discente de mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: marques.conceicao16@gmail.com ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-5738-0636;
- <sup>3</sup> Discente de mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: pollyana.anute@ifac.anute.br ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-2715-4515.

Artigo recebido em 02/08/2020 e aceito em 24/12/2020

#### **RESUMO**

Realizaremos uma breve análise teórica sobre o mundo do trabalho e a sua relação com as políticas capitalistas neoliberais que vêm tomando conta da nossa sociedade nas últimas décadas e que possuem fortes impactos na educação. Objetivamos entender o modo como essas relações afetam o campo educacional e a forma como a precarização e a desvalorização docente estão a favor do capitalismo. Discorreremos sobre os principais significados do trabalho e o modo como o sistema capitalista se apropria dele. Será possível criarmos um elo com o campo educacional brasileiro, que será discutido a partir da instauração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que está a serviço da etapa neoliberal do capitalismo, algo comprovado a partir da utilização de expressões e ideias que são próprias do mundo empresarial, algo que não nos surpreende, visto que, principalmente a partir da década de 1990, os currículos implantados em nosso país foram elaborados com o intuito de atender aos anseios do Banco Mundial e de outros órgãos internacionais. Ao final, concluímos que o trabalho docente e o campo educacional estão, infelizmente, sendo forçados a se curvar perante o capitalismo, e para que possamos contornar tal situação, precisamos redefinir a nossa identidade enquanto professores.

Palavras-chave: Educação. Capitalismo. Trabalho. Base Nacional Comum Curricular. Trabalho docente.

# BRAZILIAN EDUCATION IN THE NEOLIBERAL CAPITALISM SIGHT: A BRIEF ANALYSIS ON BNCC AND TEACHING WORK

#### **ABSTRACT**

We will carry out a brief theoretical analysis on the world of work and its relation with neoliberal capitalist policies that have been taking over our society in recent decades and which have strong impacts on education. We aim to understand how these relations affect the educational field and how precariousness and depreciation of teachers tends toward favoring capitalism. We will discuss the main meanings of work and how the capitalist system takes hold of it. It will be possible to create a link with the Brazilian educational field, which will be discussed based on the establishment of the National Common Curricular Base (BNCC), which is at the service of the neoliberal stage of capitalism, something that has been

proven through the use of expressions and ideas that are typical of the business world, something that does not surprise us, as long as, especially since the 1990s, the curricula implemented in our country were developed with the aim of meeting the wishes of the World Bank and other international institutions. By the end, we concluded that the teaching work and the educational field are, unfortunately, being forced to bow down to capitalism, and in order for us to get rid of this situation, we need to redefine our identity as teachers.

Keywords: Education. Capitalism. Job. Common National Curricular Base. Teaching work.

### LA EDUCACIÓN BRASILEÑA A LA VISTA DEL CAPITALISMO NEOLIBERAL: BREVE ANÁLISIS DEL BNCC Y EL TRABAJO DOCENTE

Realizaremos un breve análisis teórico sobre el mundo del trabajo y su relación con las políticas capitalistas neoliberales que se han ido apoderando de nuestra sociedad en las últimas décadas y que tienen fuertes impactos en la educación. Nuestro objetivo es comprender cómo estas relaciones afectan el campo educativo y cómo la precariedad y la depreciación de los docentes favorecen al capitalismo. Discutiremos los principales significados del trabajo y cómo el sistema capitalista se apropia de él. Será posible crear un vínculo con el campo educativo brasileño, que se discutirá a partir del establecimiento de la Base Curricular Común Nacional (BNCC), que está al servicio de la etapa neoliberal del capitalismo, algo comprobado a partir del uso de expresiones e ideas propias del mundo empresarial, algo que no nos sorprende, ya que, especialmente a partir de la década de los años noventa, los planes de estudio implementados en nuestro país fueron desarrollados con el objetivo de satisfacer los deseos del Banco Mundial y otros organismos internacionales. Al final, llegamos a la conclusión de que la labor docente y el ámbito educativo, lamentablemente, se quedan obligados a inclinarse ante el capitalismo, y para que podamos salir de esta situación, necesitamos redefinir nuestra identidad como docentes. **Palabras llave:** Educación. Capitalismo. Trabajo. Base Curricular Nacional Común. Trabajo docente.

### INTRODUÇÃO

Desde 2017 o Brasil vem passando por uma profunda mudança em seu sistema educacional com a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento extenso e bem elaborado, que procura substituir os antigos Parâmetros Curriculares Nacionais e trazer ares mais modernos para o campo educacional. Mas será que este documento, que tem como objetivo central nortear o trabalho dos professores e servir-lhes como a principal base de elaboração de suas aulas, realmente contribui para uma melhoria do ensino e aprendizagem em nosso país? Ou estaria ele a serviço de uma lógica capitalista perversa que objetiva unicamente transformar nossos alunos em "robôs" para o mercado de trabalho? E a profissão docente? Como ela se encontra dentro dessa nova onda capitalista neoliberal que vem tomando conta de nosso país desde o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a retomada da extrema direita aos mais altos escalões de poder de nossa nação? Essas são algumas das questões que procuramos discutir neste artigo, que objetiva analisar o campo educacional e a profissão docente a partir dos principais teóricos marxistas do trabalho.

No primeiro tópico discutiremos o modo como o capitalismo vem impondo lógicas cada vez mais perversas ao mundo do trabalho a partir do ponto de vista de autores como Ruy Moreira (*A geografia do espaço mundo, 2016*), Ricardo Antunes (*Os sentidos do trabalho, 2000*), Sergio A. M Prieb e Reinaldo A. Carcanholo (*Capital: essência e aparência, 2011*), entre outros. Analisaremos os conceitos de trabalho e o modo como o mesmo vem sendo encarado dentro do capitalismo, que, como veremos, se encontra imerso em inúmeras crises que conferem a si sua principal caraterística. A partir desse embasamento teórico, nos será possível compreendermos melhor as relações sociais e econômicas da atualidade e criar paralelos para discutirmos as questões educacionais e o trabalho docente em nosso país.

Em seguida realizaremos a análise do campo educacional brasileiro à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se encontra em processo de implantação em todo o território nacional e que, infelizmente, significa um grande retrocesso para a educação básica em nosso país, pois possui um papel a ser cumprido a favor da mercantilização da educação e de sua atual lógica neoliberal, na qual são priorizados sempre os interesses empresariais, mercantis e industriais. Para isso, realizaremos uma discussão à luz dos pensamentos de István Mészáros (*A educação para além do capital, 2005*), André Silva Martins (*A educação básica no século XXI: o projeto do organismo "todos pela educação", 2009*), Eduardo Donizeti Girotto (*Dos PCNS a BNCC: o ensino da geografia sob o domínio neoliberal, 2017*), Ana Carolina Galvão Marsiglia (et al, *A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil, 2017*), Aurelane Alves Santana (*Educação sob o capitalismo e precarização do trabalho docente: contexto e condições do ensino e da formação em geografia, 2017*), entre outros.

Por fim, faremos algumas breves considerações sobre o papel que o professor vem exercendo em nosso país e os desafios que o mesmo enfrenta em uma escola que está cada vez mais imersa nos ideais capitalistas que visam atender as demandas de mercado, fazendo com que este profissional venha perdendo cada dia mais sua identidade. A precarização e a desvalorização dessa profissão, como veremos, fazem parte de estratégias que tentam fazer com que se perca o senso crítico em nossa sociedade e se mascare as verdadeiras mazelas sociais e econômicas, cabendo aos docentes prepararem alunos aptos a se inserirem no mercado de trabalho de maneira totalmente submissa.

Assim, esse artigo utiliza como metodologia um levantamento teórico que nos permitirá compreender o modo como o capitalismo vem interferindo nas questões trabalhistas, no campo educacional e no trabalho docente a partir das ideias tanto de autores clássicos quanto contemporâneos.

### UM BREVE OLHAR TEÓRICO SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

"Mais uma sexta-feira de protestos no Chile", anuncia o jornal Folha de Minas, em sua edição do dia 10 de janeiro de 2020. Trata-se de mais um dia de manifestações nas quais a população chilena mostra sua indignação com o atual modelo neoliberal implantado no país desde a ditadura de Pinochet. Para o pesquisador e historiador Luan Vasconcelos Fernandes, em entrevista cedida à Agência de Jornalismo Investigativo Pública,

Tudo no país é uma mercadoria, incluindo a própria água, e nem os governos de centro-esquerda que se seguiram após a redemocratização conseguiram mudar isso, apesar de vários remendos feitos na Constituição de 1980. Dessa forma, as manifestações aqui revelam um profundo descontentamento com as políticas neoliberais como um todo. As manifestações vão todas nesse sentido, sem pautas conservadoras ou liberais na economia e sem pedidos de retorno dos militares, como também se viu, ainda que em 2013 mais timidamente, no Brasil. As manifestações aqui no Chile me parecem muito mais bem direcionadas e críticas ao modelo neoliberal (FONSECA, 2019. Sem paginação).

Tudo isso reflete a forma como o capitalismo impõe modelos desiguais e busca sempre obter o máximo possível de lucro. As pautas de reivindicações almejadas pela população chilena incluem, entre muitas outras, mudanças significativas no modelo de aposentadoria implantado no país e melhorias salariais em contrapartida à alta carga de trabalho.

Utilizamos o exemplo do nosso país vizinho para ilustrar o modo como o capitalismo influencia e direciona as questões do mundo do trabalho, pois tal momento revela o que Alves (2014) nos demonstra na citação a seguir:

[...] quando o trabalho se faz ouvir, toma para si a capacidade de fazer frente ao capital e dos mecanismos jurídicos que regulam esse mercado de trabalho, a primeira questão que se avista é a do processo de ilegalidade e exclusão destes dos mecanismos regulados (ALVES, 2014, p. 534).

Mas afinal, o que é o trabalho? De acordo com Marx (2010), "[...] é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza" (p. 211). Baseado nessa definição, Moreira (2016) nos diz que "[...] trabalho é a troca metabólica que homem e natureza estabelecem entre si no processo da produção, num intercâmbio de energia e matéria corpórea" (p. 53). Com base nisso, podemos afirmar que nos atuais modelos societais nos quais estamos inseridos, trabalho é a atividade

que objetiva a geração de produtos ou serviços que, se analisados a partir da lógica capitalista, buscarão sempre a obtenção de lucros.

O trabalho é a "máquina" que proporciona todo o funcionamento de uma sociedade, seja ela qual for, pois é a partir dele (o trabalho) que o homem evolui e se auto modifica, seja de maneira individual seja de maneira conjunta. De acordo com Prieb e Carcanholo (2011), é fundamental que coexistam de forma uníssona o trabalho humano, as formas de trabalho e os objetos de trabalho. Esta é a tríade responsável pelo funcionamento da "máquina" motriz que movimenta as sociedades.

A maneira como o trabalho é apropriado varia de acordo com a sociedade e com o período histórico. Nas sociedades feudais, por exemplo, o homem cedia sua força de trabalho a um senhor feudal e recebia em troca uma porção de terra sobre a qual tinha o direito de produzir alimentos tanto para si quanto para seu senhor. Nas sociedades escravocratas, o trabalho era apropriado à força, sem nenhum direito ou contrapartida.

Na sociedade capitalista atual, todos são (de maneira falaciosa) juridicamente iguais e livres. Vigoram as relações contratuais e assalariadas. Todavia, o trabalhador não é dono dos meios de produção, que são propriedades do capitalista, vendendo unicamente a sua força de trabalho. Isso faz com que esse trabalhador seja um alienado, ou seja, não enxergue aquilo que produz como sendo seu, mas sim do proprietário dos meios de produção. A mercadoria se torna, portanto, um meio de alcançar a mais valia, que simplesmente é o trabalho não pago àquele que vendeu sua mão de obra. "É a partir daí que Marx se propõe a explicar o que Hegel e os economistas clássicos não explicaram, ou seja, que a origem da riqueza do capitalista é a miséria do trabalhador" (PRIEB; CARCANHOLO. 2011. p. 149).

Assim, com base nos autores citados, podemos afirmar que os processos de alienação e mais valia são as bases sobre as quais se assentam toda a sociedade capitalista atual, e é através do trabalho que tais processos são concebidos.

#### AS CRISES CAPITALISTAS E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE DO TRABALHO

Como bem sabemos, o modelo capitalista possui como uma de suas principais características as crises. Basta acompanharmos o noticiário para percebermos que elas fazem parte do nosso cotidiano e que nunca saem de pauta, pois enquanto um grupo de países experimenta uma elevação econômica, outros enfrentam uma retração no mesmo setor, e vice-versa.

Todavia, por volta dos anos 1970, a situação começou a ficar mais crítica devido a queda da taxa de lucros, ao esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, à hipertrofia

da esfera financeira, que se tornava cada vez mais autônoma, à maior concentração de capitais devido as fusões de grandes empresas, à crise do *Welfare State* e ao incremento acentuado das privatizações. (ANTUNES, 2000).

Toda essa conjuntura expressa um problema maior, ou seja, trata-se de uma crise estrutural do capitalismo na qual a taxa de lucros começava a definhar. (ANTUNES, 2000). Para superar tais questões, tornou-se necessário reorganizar todo o capital, alterando suas características ideológicas e políticas e fazendo emergir a etapa neoliberal. Tal crise acabou abalando as estruturas de todos os países do mundo, tanto os industriais quanto os periféricos, fazendo emergir novos centros de poder e novas organizações territoriais, como os Estados Unidos, frente ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), a Alemanha, frente à União Europeia, e o Japão, liderando os países asiáticos.

A partir dos anos 1990, os Estados Unidos começaram a dar sinais de recuperação, mas em contrapartida, o Japão e os países asiáticos mergulharam em uma crise profunda, nos deixando claro mais uma vez que o capitalismo possui um caráter extremamente destrutivo que reconfigura e recompõe todo o sistema internacional.

Todo esse cenário teve um impacto muito forte no mundo do trabalho, pois o capital e o Estado atuaram conjuntamente "[...] contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo" (ANTUNES, 2000, p. 32). As ações destrutivas do capital atingiram também os trabalhadores, precarizando-os ainda mais e aumentando como nunca antes o "exército de mão de obra reserva", que nada mais são do que os desempregados que vivem à margem do processo produtivo.

Para voltar a atingir os antigos patamares de lucro, o capital procurou reestruturar seus processos de produção, ou seja, repensar os modelos *fordista* e *taylorista* que vigoravam até então, pois os mesmos estavam inteiramente baseados na produção de mercadorias em massa, fato esse que um dos responsáveis da grande crise da década de 1970. A produção era homogeneizada e verticalizada, como explica Antunes:

Na indústria automobilística taylorista e fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o 'desperdício' na produção, reduzindo o *tempo* e aumentando o *ritmo* de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração. (ANTUNES, 2000. p. 37, grifo do autor).

A situação, como vimos, tornou-se insustentável a partir dos anos 1960-1970, quando a massa de operários dos setores fordista/taylorista se dera conta de que sua verdadeira identidade havia sido destruída, ficando assim inteiramente nas mãos do capital. Questionava-se então os pilares constitutivos do sistema capitalista, e começavam a ocorrer revoltas, greves e manifestações não só no interior das fábricas, mas na sociedade como um todo.

Os trabalhadores, no entanto, não conseguiram superar as limitações impostas pelo sistema, e foi a partir desse ponto que o capital conseguiu novamente se reestruturar e se auto organizar, impondo novamente as diretrizes ao mundo do trabalho (ANTUNES, 2000). Era o início da era Toyotista de produção que veio substituir o antigo modelo fordista/taylorista e dar as bases para uma nova relação entre o capitalismo e o trabalho.

O toyotismo trouxe consigo o sistema *just in time*, que conseguiu resolver os problemas de produção em larga escala características dos modelos anteriores. De acordo com Tomaney (1996 apud ANTUNES, 2000) falaciosamente, as relações trabalhistas assumiram um caráter mais cooperativista e as tecnologias computadorizadas passaram a ser uma realidade presente nas indústrias. A ideologia agora era a de que vigoraria uma qualidade total dos produtos e os trabalhadores teriam uma diminuição em suas cargas de trabalho graças ao advento das novas tecnologias. No entanto, nada disso aconteceu, e o que vemos é o aumento gradativo do tempo de trabalho e a perda paulatina de direitos trabalhistas. Antunes (2000) destaca ainda outro ponto, que é a constante desatualização dos *softwares*, por exemplo, os produtos passam a se tornar obsoletos em um tempo muito curto, fazendo com que a taxa de consumo dê um salto como nunca antes visto, chamando a atenção para a qualidade dos mesmos, que agora possuem um "tempo útil de vida" até que comecem a apresentar defeitos e precisem ser substituídos.

Já o trabalho começa a se fragmentar, tornando-se cada vez mais polivalente e multifuncional, cuja consequência acaba sendo a intensificação da exploração, eliminando todo e qualquer traço de trabalho improdutivo. Concomitante a isso, tivemos a instauração do modelo liberal de economia, em substituição ao modelo de *Welfare State*. A partir de agora o Estado retira sua participação direta da economia, atuando apenas como mediador e deixando tudo sob controle da iniciativa privada. Aumenta-se, então, a exigência sobre o trabalhador, que precisa ser agora muito mais técnico, competente e produtivo.

Todo esse cenário acaba influenciando fortemente o modelo educacional em nosso país que, principalmente a partir dos anos 1990, começa a assumir um caráter muito parecido com a lógica taylorista industrial, na qual se prezam alunos "eficientes", que saibam trabalhar em equipe e que

sejam cada vez mais submissos as exigências e demandas impostas pelo mercado de trabalho. Respondendo a essa nova etapa capitalista denominada de neoliberal, o processo de alienação se inicia já nos primeiros anos do ensino básico, e tal fato se acentuou ainda mais com a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como veremos a seguir.

### A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS SOBRE O CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO: A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Como vimos no tópico anterior, as questões capitalistas possuem um grau de complexidade muito elevado, tendo reflexos diretos também no mundo do trabalho. Mas afinal, qual a relação existente entre o capitalismo e o campo educacional? Inicialmente, precisamos entender que, sempre que se realiza alguma alteração no sistema (seja ele capitalista ou algum outro), a educação é uma das primeiras a sofrer os impactos, visto que a mesma é muito sensível a toda e qualquer mudança econômica e/ou social. Com a etapa neoliberal pela qual a maior parte dos países vêm passando atualmente, os currículos educacionais acabam tendo que se "adaptar" aos critérios impostos para atender as exigências cada vez mais técnicas da elite burguesa do capitalismo.

No Brasil, vivemos um momento ideal para se realizar tal análise e conseguirmos refletir sobre essa questão. Iniciemos esse tópico com um fragmento de uma notícia que vem tomando conta dos veículos midiáticos em todo país desde o final do ano passado.

Volta às aulas: educação financeira agora é obrigatória no Brasil. A educação financeira chega às escolas infantil e fundamental em 2020, de acordo com as normas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na prática, redes de ensino públicas e privadas de todo o Brasil devem obrigatoriamente ajustar o currículo e abordar o tema de forma transversal na volta às aulas. A medida deve impactar positivamente o futuro de milhares de brasileiros, que aprenderão desde a infância o hábito de poupar e terão o conhecimento necessário para tomar decisões mais conscientes enquanto consumidores e avaliar quais produtos financeiros são mais adequados dentro do seu perfil e objetivos (JORNAL CONTÁBIL, 2020. Sem paginação. Grifo do autor).

O fato de termos agora uma disciplina voltada especificamente para tratar de questões financeiras foi enaltecida pelos líderes máximos de nosso país como a solução para os problemas econômicos e sociais do Brasil. Todavia, precisamos esclarecer que tal implementação apenas segue uma norma do Banco Mundial que afirma que os países em desenvolvimento, como o Brasil, devem se colocar em seu devido lugar, ou seja, devem aprender a poupar, fazer cortes, diminuir seus gastos e economizar o máximo possível para conseguirem lidar com seus problemas de dívidas externas,

nem que para isso seja necessário reduzir ou acabar com os direitos sociais e trabalhistas. Tal fato nos mostra o quanto as políticas neoliberais estão inseridas em nossas escolas.

O campo educacional em nosso país vem passando por profundas e significativas mudanças com a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que veio para substituir os antigos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ambos os documentos visam a padronização do ensino básico em nosso país e objetivam servir como norteadores aos professores e a todo o sistema educacional. Sendo formulada desde 2015, a Base começou a ser implantada em 2020 em todo o território nacional. Todavia, ao analisarmos o documento, percebemos que o mesmo assumiu um caráter muito mais técnico do que seu predecessor, e procura dar um teor mais empresarial à educação.

Quem realizar uma leitura, ainda que apressada, da segunda versão finalizada da Base na página do Ministério da Educação (MEC) e do documento "Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC", vai observar a ausência de referência em relação aos conteúdos científicos, artísticos e filosóficos, e a ênfase em métodos, procedimentos, competências e habilidades voltadas para a adaptação do indivíduo aos interesses do grande capital. Expressando a hegemonia da classe empresarial no processo de elaboração do documento (MARSIGLIA *et al*, 2017, p. 109).

Desde os anos 1990, com a guinada neoliberal pela qual vários países vêm passando, esse processo de capitalização da educação se acentuou ainda mais para atender ao período que Milton Santos (2003) denominou de "meio técnico-científico e informacional". Foram várias as políticas internacionais que passaram a orientar o campo educacional, mas a principal delas foi *Declaração Mundial Sobre Educação para Todos*, proposta na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, encabeçada pelo Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - (UNESCO). Tal documento propunha um novo projeto de educação que atenderia aos interesses de seus financiadores, implantando um novo modelo educacional mais compatível com o neoliberalismo (MARSIGLIA *et al*, 2017).

Esse cenário fez emergir um novo contexto nas escolas e nas universidades, onde o saber visa apenas preparar trabalhadores aptos a se inserirem no mercado. Isso acaba acentuando as desigualdades, pois uma classe sempre se sobrepõe sobre as demais.

Quando o ensino se apresenta eminentemente técnico, a sua finalidade maior confunde-se com a necessidade do mercado e com a manutenção de determinadas classes sociais sobre outras. Nessa perspectiva, a função técnica da transmissão dos conhecimentos passa a ser utilizada como garantia a determinadas camadas da sociedade, principalmente àquelas de maior valor aquisitivo, de acesso aos benefícios do poder, conferidos pelo sucesso escolar (SANTANA, 2017, p. 135).

Os programas e políticas educacionais implantados no Brasil pós 1990 fazem com que a educação assuma um caráter mais minimalista, focando apenas nos conhecimentos básicos, como ler, escrever e contar, preparando a grande parcela da população para assumir postos inferiores no mercado de trabalho. Um exemplo claro disso foi a reunião ocorrida em 2005 e que contou com diversos empresários para discutir a "baixa qualidade" do ensino público, pois as políticas educacionais implantadas até então não correspondiam aos seus interesses. Criou-se então o órgão institucional "Todos pela Educação", que visa educar os trabalhadores nos moldes almejados pelas empresas. De acordo com Martins (2009), esse órgão não governamental é encabeçado pelos Grupos Itaú, Gerdau e Fundação Roberto Marinho e da "Fundação Lemann", do empresário brasileiro Jorge Paulo Lemann, além de ter a supervisão direta do Banco Mundial. Note-se que não há a participação de sindicatos ou entidades de classe dos professores da educação básica. Foi a partir dessa reunião que surgiu o famoso *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica* (IDEB) e instaurou as competências básicas que norteiam a educação.

Sobre o IDEB, precisamos destacar o quanto esse índice é ultrapassado e não reflete as características da nossa realidade e nem leva em conta a "diversidade de práticas, contextos e sujeitos imersos neste processo" (GIROTTO, 2017, p. 432). Quando se afirma, com base nos dados do IDEB, que a educação brasileira é de péssima qualidade, ou que os tais índices não estão satisfatórios, precisamos refletir: não estão satisfatórios para quem? Quem não está satisfeito, ou os requisitos de quem não estão sendo cumpridos? Ao refletirmos sobre isso, chegaremos à conclusão de que tais dados servem apenas para mostrar para a elite empresarial do nosso país o quanto os nossos alunos estão desqualificados para o mercado de trabalho. Os números, no entanto, não levam em conta muitos outros requisitos e nem mostram o potencial que muitos de nossos estudantes possuem.

Ao fazermos considerações críticas ao IDEB, enfatizamos a fragilidade desse índice. Não negamos a importância de um instrumento que busque, externamente, avaliar a qualidade da escola. A questão é: sob que parâmetros? Com quais objetivos? Quem define os itens? Por que não há maior participação de professores da escola básica no processo de construção desse instrumento? Onde ficam as peculiaridades de cada região e a valorização da cultura local como partes integrantes do processo de estímulo e reconhecimento da aprendizagem? (BARBACOVI, CALDERANO e PEREIRA, 2013, p. 16 apud GIROTTO, 2017, p. 432).

Esses mesmos questionamentos também são válidos para a BNCC, que recebe a influência direta de bancos e órgãos internacionais puramente capitalistas. Ainda recorrendo a Girotto:

No diagnóstico feito pelo Banco Mundial, existem grandes desafios da Educação a serem enfrentados pelas diferentes esferas governamentais no Brasil. Entre eles, o documento destaca 'o crescimento dos custos com os professores', associado com dois fatores: diminuição do tamanho das classes e ampliação dos salários docentes nas últimas décadas. Vale ressaltar que estes dois fatores, apresentados como problemas pelo Banco Mundial, são apontados em relatórios de outros órgãos nacionais e internacionais (a OCDE, por exemplo), como fundamentais para a melhoria da educação em diferentes países. Ampliar os salários, melhorar as condições de trabalho e diminuir o número de classes e alunos por professores não parece ser, a primeira vista, um problema. Porém, se torna quando a lógica que dirige o olhar dos agentes do Banco Mundial para a Educação é a da racionalidade técnica-instrumental que vê custos acima de tudo (GIROTRO, 2017, p. 433, grifo do autor).

Procurando atender às pressões externas, de que deveríamos ter um documento que apresentasse conteúdos presentes nas avaliações internacionais, a Base Nacional Comum Curricular começou a ser elaborada ainda durante o governo da presidente Dilma Rousseff, e desde então já contava com o auxílio de pesquisadores e professores que, de alguma forma, estavam ligados às elites empresariais e burguesas do nosso país. Com o fim do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a posse do vice-presidente Michel Temer, as políticas neoliberais no Brasil se intensificaram ainda mais, tendo reflexos no desmantelamento de direitos trabalhistas e em mudanças ainda mais acentuadas no campo educacional. Os ministros e responsáveis pelas pastas ligadas à educação eram claramente atrelados ao capital internacional, como Mendonça Filho, na liderança do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, responsável pela Secretaria Executiva do referido Ministério e Maria Inês Fini à frente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, o INEP (MARSIGLIA et al, 2017).

A partir de então a BNCC passou por um novo aprofundamento em suas diretrizes para estar mais de acordo com os interesses empresariais e neoliberais. Os conhecimentos científicos, por exemplo, passam a ser muito limitados, pois entende-se, nas entrelinhas, que o aluno deve ter uma noção superficial dos fatos cotidianos, mas de modo acrítico, visando apenas sua entrada no mercado de trabalho através da compreensão das "competências" que melhor atendem a esse requisito. Algumas das "competências" pessoais e sociais propostas pela BNCC são:

[...] 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. [...] 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2018, p. 09).

Ao lermos a citação acima, sem nenhuma referência de que se trata de um documento norteador da educação, podemos nos confundir com as normas ou algum contrato elaborado por uma empresa. Isso demonstra o quanto os alunos necessitam adquirir, desde os anos iniciais, as características almejadas pelo capitalismo, como disciplina, trabalho em equipe, produtividade, entre outros.

Eficiência é a palavra chave para expressar o que de fato a BNCC buscará através da implantação de testes padronizados e do controle do trabalho dos professores, e isso deve ocorrer a partir da diminuição de investimentos, como já vem ocorrendo há muito tempo, mas ampliando os resultados, e para isso, elaboram-se provas cada vez mais simples e básicas que sequer levam o aluno a raciocinar. Ressaltamos mais uma vez o quanto o sistema de ensino em nosso país está se aproximando da lógica neoliberal.

Essa privatização já é uma realidade presente em todas as esferas sociais do nosso país, como na saúde, por exemplo, que já se encontra em um grau avançado. A educação, infelizmente, trilha o mesmo caminho e a passos largos.

Portanto, encerramos essa breve discussão sobre a BNCC afirmando que um currículo por si só não é capaz de garantir a qualidade da educação, e isso ficou muito claro com os Parâmetros Curriculares Nacionais. É preciso entender as realidades sociais e econômicas em nosso país e a partir disso formular documentos que possibilitem práticas que visem combater os problemas e as desigualdades, e não acentuá-las.

Mediante tudo que foi discutido, cabe ainda nos perguntarmos: E os professores? Como eles estão inseridos nessa nova lógica capitalista? Como eles estão sendo afetados pelas relações trabalhistas apresentadas no início desse texto? É exatamente sobre a profissão docente que discutiremos agora, mostrando o quanto o papel docente tem sido complexo dentro de todo esse sistema. As mudanças curriculares, que como vimos, estão sempre buscando atender as necessidades capitalistas, farão com que o professor assuma um novo papel dentro desse "mundo".

### CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROFISSÃO DOCENTE NO MOMENTO ATUAL

Como vimos anteriormente, o ensino se apresenta eminentemente técnico e busca sempre atender às demandas do mercado, algo que tem se intensificado nos últimos anos. Isso acaba fomentando as desigualdades e deteriorando o processo de ensino. Com isso, a escola se distancia de

seu principal objetivo que é o de formar cidadãos críticos, conhecedores da verdade e, principalmente, não alienados. Todavia, o que vemos é justamente o oposto e a formação acaba se direcionando no sentido de transformar os alunos em sujeitos técnicos e proletários (LEFEBVRE, 1973). Mas e o professor? Como ele aparece dentro de toda essa conjuntura neoliberal? Para respondermos a essas questões, precisamos entender como se encontram as suas condições de trabalho cotidiano.

Neste tópico, observaremos de maneira bastante sucinta o modo como a profissão docente se encontra dentro do cenário neoliberal atual a partir das lógicas trabalhistas impostas, visto que esse tema, por si só, poderia resultar em uma ampla análise e investigação, sendo possível a elaboração de até mesmo teses e livros só sobre tal assunto. Todavia, nossa intenção é apenas chamar a atenção para os fatos mais emergenciais, de modo a compreendermos como o professor vem sendo tratado dentro dessa lógica capitalista na qual o exercício de seu trabalho se encontra cada vez mais tecnicizada e precarizada.

Não é novidade que a maior parte dos egressos nos cursos de licenciatura já adentram em sala de aula se sentindo desmotivados, desvalorizados e sofrendo todo tipo de preconceito. Para Pereira (1999), esse desestimulo inicial irá se atrelar futuramente à baixos salários, sobrecarga de tarefas, más condições de trabalho, entre outros. Não bastasse isso, os docentes precisam enfrentar ainda a concorrência com outros trabalhadores que possuem uma formação muito aquém das de ensinar (engenheiros, economistas, agrônomos, etc.).

Essa desvalorização do trabalho docente é totalmente fomentada pelo próprio sistema capitalista, que vê nisso a base de seu próprio crescimento econômico, pois a própria lógica do capital é contratar o menor número possível de trabalhadores ao passo em que se forma um grande contingente de desempregados, pois isso possibilitará o achatamento salarial e a garantia de uma mão de obra sempre submissa, em condições sub-humanas e refém de seus próprios contratos, sem nenhum ou com poucos direitos garantidos (HARVEY, 1992, p. 144).

A escola, como bem sabemos, também está inserida dentro desse processo de desvalorização e precarização pois a mesma é obrigada a seguir os ditames capitalistas que a ela estão impostos. O professor, ao elaborar suas aulas, precisa seguir esses currículos justamente para ter seu emprego garantido, não podendo trabalhar sob seus próprios critérios ou seu próprio ponto de vista, tendo que defender, muitas vezes, ideologias que são contrárias às suas próprias crenças. "As análises que apontam nessa direção trazem como principal elemento a ameaça ou perda efetiva de autonomia vivida pelos professores [...]. A padronização de tais procedimentos se justifica pela necessária

expansão da escolarização, o que tende a uma massificação do ensino" (OLIVEIRA, 2014, p. 1134 apud SANTANA, 2017 p. 140).

Os professores precisam, ainda, resolver problemas e situações que nada tem a ver com seu trabalho, tendo que atuar muitas vezes como pais, mães, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, entre outros. Não bastasse isso, precisam saber lidar também com alunos especiais dentro da sala de aula, o que acaba gerando uma sobrecarga sem precedentes em cima de uma profissão que por si só já é muito complexa.

Há um autêntico processo histórico de aumento das exigências que se fazem ao professor, pedindo-lhe que assuma um número cada vez maior de responsabilidades. Pede-se ao professor em nossos dias que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo, e que, para além do ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, da integração social e da educação sexual, etc.: a tudo isso pode somar-se a atenção aos alunos especiais integrados na turma (ESTEVE, 1995, p. 100).

### Somado a isso, Santana (2017) ressalta ainda que:

O aumento dos contratos temporários, o arrocho salarial, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias, etc., contribuem diretamente na exploração e, ao mesmo tempo, na desvalorização da profissão professor, tornando o quadro de instabilidade e precariedade do trabalho no magistério cada vez mais intenso e as questões relacionadas ao salário e/ou aos direitos trabalhistas as mais incisivas nos processos de lutas e manifestações desses profissionais. Em meio às profundas crises do sistema capitalista, o mundo do trabalho fica submergido em relações extremamente frágeis. Vive-se um momento de relativa diminuição dos postos de trabalho e de disseminação do discurso da não qualificação como justificativa para o desemprego crescente. Nessa corrida por qualificação, a melhoria do ensino é sucumbida pela necessidade de se garantir a empregabilidade, o que se sobrepõe às questões de melhoria do trabalho em si (SANTANA, 2017, p. 141).

Em face disso, uma questão se torna emergencial: qual o papel que os professores precisam assumir nesses tempos incertos? Eis aí uma pergunta difícil de responder. Lopes (2010) nos afirma que a atividade docente se encontra extremamente complexa e o trabalho diário dos professores está se tornando cada vez mais angustiante, o que acaba gerando profundo mal-estar. Essa crise social e econômica faz com que todos questionem o papel do professor e da escola, o que acaba propiciando uma forte precarização do seu trabalho, principalmente nas últimas décadas.

Tal precarização gera as chamadas "crises" que vêm inundando a literatura educacional: "crise de identidade, crise de autoridade docente, crise do professorado." (LOPES, 2010, p. 45). Como vimos anteriormente o capitalismo é regido pelas crises, que são as responsáveis por manter esse sistema funcionando. Por isso, não nos é estranho encontrarmos a mesma situação presente em um modelo educacional que está totalmente imerso na lógica capitalista. Essas crises possuem uma

função a ser cumprida, a de gerar um efeito negativo no professor, afetando-lhe a personalidade, a saúde (física e/mental) e até mesmo as relações sociais. (LOPES, 2010).

Ainda de acordo com Lopes (2010) a realidade é que a profissão docente acabou perdendo sua identidade. Sempre que se fala em um engenheiro civil, é nítido qual a sua função, o seu papel. A mesma situação ocorre quando pensamos em um médico, um advogado, um veterinário ou um arquiteto. Mas e o professor? Qual o seu papel? Qual a sua função? Essa é a grande crise identitária que constitui o calcanhar de Aquiles dos docentes. Por isso, faz-se necessário repensar as antigas posições (herdadas da modernidade) e iniciar "[...] novas posturas, novos posicionamentos, redimensionamentos e, como sempre, luta e organização política" (LOPES, 2010. p. 48).

O momento atual, marcado pelo advento de governos de extrema direita alcançando o poder, pelo avanço desenfreado do neoliberalismo, pela perda de direitos trabalhistas e pela desvalorização nunca antes vista da profissão docente, exige de nós, professores, um novo tipo de pensamento, muito mais crítico em relação ao sistema que nos é imposto. Temos em nossas mãos uma árdua tarefa, mas a possível solução para todo esse quadro negativo é a ressignificação da profissão docente, ou seja, assumirmos novamente nossa identidade perante a sociedade. E que identidade seria essa? A de fomentarmos as bases para um pensamento crítico, mostrando aos nossos alunos as intenções veladas por trás desse capitalismo perverso que se apresenta como igualitário e justo.

É nesse cenário social/histórico/educacional, marcado pela complexidade, conflitos e desafios, aqui brevemente descrito, que se busca encontrar novos caminhos para a profissão docente e para o professor. Nessa direção, são diversas as pesquisas que apontam para a necessidade de 'ressignificar a identidade do professor', de 'potencializar os saberes emergentes de sua prática profissional', de 'desenvolver uma nova profissionalidade', de atingir, enfim, uma 'nova consciência profissional' (LOPES, 2010. p. 49).

Portanto, como bem sabemos, temos contra nós todo um sistema maquiavelicamente formado e bem estruturado, mas que possui brechas e entrelinhas, e é justamente aí que devemos focar e nos direcionar, fazendo de nossos educandos cidadãos conhecedores da verdade, e não proletários ou futuros trabalhadores mercantis, como tanto almeja a BNCC. E para que consigamos realizar tal façanha, precisamos assumir e expor nossos verdadeiros ideais, nossas verdadeiras posições.

A neutralidade não deve fazer parte dos traços característicos de nossa profissão, assim como jamais devemos apoiar ou nos submeter à denominada "escola sem partido". Lembremo-nos de que, apesar de tudo, a principal característica de nossa profissão, e talvez a mais importante de todas, nunca pôde ser alterada, apesar de todos os períodos e momentos históricos pelos quais já passamos: não

somos meros reprodutores de conhecimentos, mas somos transformadores. Por isso sempre fomos tão temidos e tão desvalorizados em nosso país, pois um verdadeiro professor "[...] é aquele que *ensina* não apenas *porque sabe*, mas porque *sabe ensinar*" (ROLDÃO, 2007, p. 101, grifo da autora).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desse artigo pudemos compreender o modo como as relações de trabalho se encontram influenciadas pela lógica capitalista neoliberal e como isso gera impacto sobre o campo educacional e o trabalho docente.

O trabalho, como vimos, possui vários significados e interpretações que variam de acordo com o modo como cada sociedade se apropria dele. Através de um olhar marxista sobre a questão, podemos afirmar que, dentro da lógica capitalista, o mesmo se configura como uma atividade que busca sempre a obtenção de lucros. Mas e a profissão docente? Como o capitalismo se apropria dela? O ato principal de ensinar não objetiva o lucro, embora se receba por isso. Ensinar é o ato de transformar conhecimento em educação e fomentar em nossos alunos o senso crítico, de modo que eles compreendam a maneira como a sociedade, dentro de determinados sistemas, funciona. A partir disso, cabe a nós, professores, analisarmos a lógica capitalista e as suas reais feições. E é justamente para evitar isso que o capitalismo se utiliza dos seus meios mais perversos.

Inicialmente propõe-se uma verdadeira tecnicização da educação através dos currículos, e o exemplo mais claro e atual que temos desse fato é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, como vimos, representa um retrocesso à escola pública de nosso país. Vários termos e ideias foram criados com o intuito de preparar nossos alunos para assumirem cargos de subserviência dentro do mercado de trabalho, criando sujeitos totalmente submissos e que não conseguem perceber o quanto são alienados e produtores de mais valia.

Como vimos, a inclusão de termos próprios das indústrias, como "competências", "habilidades", "trabalho em equipe", entre outros, passam a ser largamente utilizados pela BNCC, que tem as bases de sua elaboração advindas do próprio Banco Mundial e de outros órgãos, símbolos máximos do capitalismo. As próprias avaliações pelas quais os estudantes passam, como o IDEB ou a famosa "Prova Brasil" são oriundas de cúpulas empresariais que alegam que a educação brasileira não suficiente para atender seus anseios.

Em meio a todas essas questões encontra-se o professor, que sem dúvida vive um dos momentos mais críticos de toda a história de sua profissão, na qual a desvalorização e a precarização

já se tornaram "normais" e fazem parte de sua rotina diária. O mais horrendo de toda essa realidade é saber que tais situações são geradas e fomentadas pelo próprio capital, que busca sobrecarregar os educadores, tirar-lhes o senso crítico e transformá-los em meros "peões" desse sistema, de modo que os mesmos não mais "pensem", mas apenas repassem os conhecimentos necessários para atender à demanda empresarial. Não é à toa que se busca com tanta veemência o desmantelamento do Ensino Superior público, no qual os cursos de licenciatura são sem dúvida os que mais sentem tais impactos.

Assim, com base em tudo que foi exposto ao longo desse texto, reafirmamos a necessidade de se repensar no papel docente nos dias de hoje, que precisa com urgência se reorganizar e reelaborar sua identidade própria, encontrando meios e alternativas para driblar todas essas situações perversamente impostas.

### REFERÊNCIAS

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):** Degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. 2014. 671 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP).

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. 600 p. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\_EI\_EF\_110518\_versaofinal\_site.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\_EI\_EF\_110518\_versaofinal\_site.pdf</a>. Acesso em: jan. 2020.

ESTEVE, José Manoel. Mudanças sociais e função docente. *In*: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor.** Porto: Porto, 1995. p. 93-124.

FONSECA, Bruno. "Tudo no Chile é mercadoria, até a água", explica historiador. **Agência de Jornalismo Investigativo Pública**, São Paulo, 25 de outubro de 2019. Disponível em: <a href="https://apublica.org/2019/10/tudo-no-chile-e-mercadoria-ate-a-agua-explica-historiador/">https://apublica.org/2019/10/tudo-no-chile-e-mercadoria-ate-a-agua-explica-historiador/</a>. Acesso em: jan. 2020.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. Dos PCNS a BNCC: O ensino de geografía sob o domínio neoliberal. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LEFEBVRE, Henri. A re-produção das relações de produção. Porto: Escorpião, 1973.

LOPES, Claudivan Sanches. **O professor de Geografia e os saberes profissionais:** O processo formativo e o desenvolvimento da profissionalidade. 2010. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). Orientadora: Dr.ª Nídia Nacib Pontuschka.

MAIS uma sexta-feira de protestos no Chile. **O Estado de Minas**. Belo Horizonte, 10 de janeiro, 2020. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/10/interna\_internacional,1113653/mais-uma-sexta-feira-de-protestos-no-chile.shtml. Acesso em: jan. 2020.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão *et al.* A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – livro I. Tradução SANT'ANNA, Reginaldo. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 211 – 231.

MARTINS, André Silva. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo "Todos pela Educação". **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28, jan./jun. 2009.

MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo**: Conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

PRIEB, Sérgio A. M.; CARCANHOLO, Reinaldo A. O Trabalho em Marx. In: CARCANHOLO, Reinaldo A. (org). **Capital**: Essência e aparência. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 147 – 161.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, p. 109-125, dez. 1999.

SANTANA, Aurelane Alves. Educação sob o capitalismo e precarização do trabalho docente: Contexto e condições do ensino e da formação em geografia. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 15, p. 134-144, jul./dez. 2017.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2003.

VOLTA às aulas: Educação financeira agora é disciplina obrigatória no Brasil. **Rede Jornal Contábil**. 24 janeiro 2020. Disponível em: <a href="https://www.jornalcontabil.com.br/volta-as-aulas-educacao-financeira-agora-e-disciplina-obrigatoria-no-brasil/">https://www.jornalcontabil.com.br/volta-as-aulas-educacao-financeira-agora-e-disciplina-obrigatoria-no-brasil/</a>. Acesso em jan. 2020.